

Por despacho do Diretor-Geral, datado de 26/06/2015, designado representante da DGRSP na comissão de acompanhamento da revisão do plano diretor municipal do Porto.

Perito responsável pela missão técnica no âmbito da construção do novo estabelecimento prisional de São Tomé e Príncipe — 2013.

Por despacho do Diretor-Geral, datado de 09/05/2012, designado coordenador da formação em contexto real de trabalho do curso de formação inicial de Guardas — 201, integrando por inerência o Conselho de Coordenação Científica e Pedagógica.

Designado perito da DGSP no programa de apoio ao setor de justiça — atividades na área dos serviços prisionais, para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, no quadro da Cooperação Bilateral, para proceder ao diagnóstico para implementação de projetos no período 2011/2014, por despacho do Diretor-Geral de 08/11/2011.

No âmbito das atividades da rede europeia ExOCOP, representou a DGSP, em dezembro de 2010 em Berlim, no «Labour market integration of female offenders».

Integrou a Missão de Cooperação com a Guiné-Bissau dos Serviços Prisionais, em parceria com a UNODC no âmbito do Programa de Apoio ao Sector da Justiça em 2010.

No quadro do Acordo Bilateral celebrado entre os Ministérios da Justiça de Portugal e da República de Moçambique, representante da DGSP na missão realizada em novembro de 2009, com o objetivo de proceder à identificação, definição e calendarização das ações concretas a desenvolver em 2010, bem como à avaliação das ações executadas pela DGSP em cooperação com o Serviço Nacional de Prisões de Moçambique, no ano de 2009.

Designado perito da DGSP na missão realizada à República da Guiné-Bissau em 2008, no quadro do Plano Operativo — Prevenir e Combater o Tráfico de Droga na Guiné-Bissau, Promover o Estado de Direito e uma efetiva Administração da Justiça (2007-2010), desenvolvido pela UNODC.

Representante da DGSP no âmbito das reuniões de Coordenação Técnica e Operacional do SSI.

Representante da DGSP no Gabinete Coordenador de Segurança Distrital junto do Governo Civil de Lisboa.

Coordenador responsável do grupo interdepartamental da DGSP para a implementação do PRSP «Plano De Reorganização do Sistema Prisional» aprovado por Sua Ex.<sup>ª</sup> o Ministro da Justiça.

Responsável pela representação da DGSP no Grupo de trabalho tripartido (IGSJ, DGSP e PJ) para elaboração de acordo de cooperação na área dos detidos, em cumprimento de despacho nesta matéria de Sua Ex.<sup>ª</sup> o Ministro da Justiça.

Presidente do júri de concurso de pessoal para Técnico Superior — Licenciatura em Direito — Aviso de Abertura 20461/2009.

Presidente do júri de concurso de pessoal para 300 postos de trabalho para a carreira de Guarda Prisional/Aviso de Abertura 20855/2009.

Diretor do Curso de Formação Inicial para o pessoal do Corpo da Guarda Prisional, iniciado em 2009.

Por designação do Diretor-Geral dos Serviços Prisionais, integrou o Conselho de Coordenação de Avaliação da DGSP na Avaliação de Desempenho de 2004/2005.

Representou a DGSP no Conselho Coordenador Distrital de Segurança — Governo Civil do Porto.

Coordenador da Zona de Segurança Prisional n.º 1 da DGSP.

Por despacho de Sua Ex.<sup>ª</sup> o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, foi nomeado, em 16/01/2001, para integrar a Comissão para escolha da assessoria jurídico-financeira para o IGFPP no âmbito do programa das Parcerias Público Privadas para o sistema prisional.

Participou, na sequência de designação superior, em equipas, grupos de trabalho ou comissões em áreas relevantes para a DGSP.

Participou e presidiu a júris de concurso de aquisição de bens e serviços.

#### Atividades de formação

Formador Interno do ex-Centro de Estudos e Formação Penitenciária — atual Divisão de Formação da DGRSP — nas áreas da Execução das Medidas Privativas de Liberdade e do Direito Penitenciário.

Formador Externo no Programa PIR PALOP no âmbito da Cooperação «CE — PALOP», nas áreas da Organização Penitenciária e Direitos Fundamentais.

Diversas participações como formador, conferencista ou orador em áreas relevantes para a DGRSP.

#### Trabalhos publicados

Autoria e coautoría de livros, artigos e outras publicações de caráter técnico em áreas relevantes para a D.G.R.S.P. («Manual do Diretor de Estabelecimentos Prisionais», «Manual de Segurança Prisionais»).

312093035

### Portaria n.º 205/2019

A Lei n.º 19/2019, de 19 de fevereiro, procedeu à criação do Tribunal de Execução das Penas dos Açores, com competência territorial para a Comarca dos Açores, para o Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo, para o Estabelecimento Prisional Regional de Ponta Delgada e para a Cadeia de Apoio da Horta.

Em face do disposto no artigo 4.º da referida lei, cumpre determinar a sua entrada em funcionamento.

Assim, manda o Governo, pela Ministra da Justiça, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 19/2019, de 19 de fevereiro, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Entrada em funcionamento

O Tribunal de Execução das Penas dos Açores entra em funcionamento no dia 14 de maio de 2019.

#### Artigo 2.º

##### Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

20 de fevereiro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

312087544

### Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

#### Despacho n.º 2653/2019

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero a licenciada Maria de Fátima da Silva Consciência, técnica verificadora de 1.ª classe da Direção-Geral do Tribunal de Contas, das funções de técnica especialista do meu Gabinete, para as quais havia sido designada pelo Despacho n.º 4189/2016, de 15 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 23 de março de 2016, e designo-a, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para exercer as funções de chefe do meu Gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

19 de fevereiro de 2019. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

#### ANEXO

##### Nota curricular

###### Dados pessoais:

Nome: Maria de Fátima da Silva Consciência.

Nacionalidade: Portuguesa.

Data de nascimento: 14 de novembro de 1971.

###### Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, ramo de Jurídico-Económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de 14 valores (1990-1995);

Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de 14 valores (1997-1998);

Formadora certificada na área de contratação pública.

###### Atividade profissional:

Técnica especialista da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça do XXI Governo Constitucional, com funções de assessoria nas áreas de contratação pública e de gestão de património desde 1 de março de 2016, tendo sido designada para substituir a chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos;

Consultoria jurídica no Departamento de Consultadoria e Planeamento da Direção-Geral do Tribunal de Contas (de 26 de novembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016);